

**Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos e Segurança
Ambiental**

Data: 04/04/2019 (quinta-feira)

Horário: 09h 30min às 12hs

Local: IBAMA - Av. do Contorno, 8121 - Lourdes, Belo Horizonte - MG

1. Informes Gerais

No dia quatro de abril de 2019, às 9h 30 min, iniciou-se a 4ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), com abertura por seu suplente, Anderson Peixoto/IBAMA dando prosseguimento com a pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu no IBAMA - Av. do Contorno, 8121 - Lourdes, Belo Horizonte - MG. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

A reunião iniciou com introdução pelo suplente da coordenação, Anderson Peixoto, representante do IBAMA com posterior rodada de apresentações. Por videoconferência esteve presente o Sr. Thales Altoé representante do IEMA e segundo suplente da coordenação da CT-GRSA.

2. Atualização da situação das obras do período chuvoso na UHE Risoleta Neves e Fazenda Floresta - Fundação Renova

Paulo Vilas/Fundação Renova apresentou o mapa geral com localização de todas as estruturas e informou que hoje estão executados os 3 barramentos metálicos dentro do Rio Doce, com o intuito de assegurar a retenção de sedimentos comprovada através da batimetria da região que demonstram que os sedimentos estão sendo prioritariamente acumulados a montante do lago.

Posteriormente, ele apresentou todas as obras em torno do lago para recuperação e retorno das operações da UHE Risoleta Neves. Em ordem geral, hoje existe de saldo batimétrico dos 400m para reconformar a pilha de carga que foi projetada no início com quase 1 milhão de m³, o que é equivalente a 385 piscinas. Nessa área houve movimentação de terra de quase 601.841m³, com pico de mão de obra de 815 pessoas (out/17), 32 unidades de recuperações de margens, 4.900 toneladas referentes aos barramentos metálicos, com total de 325.000m² de Bioengenharia.

Ele informou que em meados de 2018, iniciou a preparação do site de Candonga, principalmente a Fazenda Floresta, para passar o período chuvoso de 2018/2019 com segurança e que havia sido planejada para região a implantação do dique intermediário que após as rupturas na ombreira esquerda a jusante do dique principal inviabilizaram a construção do dique nessa posição, para isso foi criada uma berma de equilíbrio para segurar a encosta que estava se movimentando, com sucesso, desta forma não há mais movimentação nesse região comprovado através de monitoramento topográfico por radar. Na ombreira direita também houve movimentação mais a montante do rio e por este motivo foi executado um roncamento para segurar as movimentações. Ele esclareceu que toda a bioengenharia dessa região foi feita.

Após questionamentos, Paulo Vilas/Fundação Renova informou que todas as obras referentes ao período chuvoso foram concluídas até novembro de 2018. Ele informou também que a montante

do dique principal está executado somente até a elevação 366, com total de elevação em 390 e que toda a drenagem de chuva da Fazenda Floresta à montante do dique principal está sendo conduzida através de vários canais periféricos para o canal extravasor provisório (apresentado na imagem). Ele esclareceu que havia dentro da Fazenda Floresta à montante do dique principal 2 pontos onde já foram dispostos sedimentos, sendo uma pilha provisória (na ombreira direita) e um aterro experimental, esses dois pontos foram cobertos de lona impermeável e para dar proteção mecânica para essa lona foi colocado um bidim em cima e como contrapeso alguns sacos, essa ação é para em caso de chuva o rejeito não seja carregado. Para garantia desse sistema e para ter certeza que não haverá rejeito a jusante saindo da Fazenda Floresta, próximo a esses pontos (no pé) foram implantados dois bombeamentos e toda drenagem é conduzida para uma piscina para novo bombeamento para bacia 2 onde há tratamento do efluente antes da saída para o Rio Doce.

Durante todo o período chuvoso de 2018/2019, não houve chuva suficiente de forma que a Bacia 2 vertesse. Antes da chuva, essa bacia tinha sido esvaziada e mesmo com a acumulação de toda a chuva, não houve extravasamento. Posteriormente, ele apresentou imagens do setor 11 - Canal extravasor provisório em operação, sistemas de bombeamento em operação, diques de contenção de sedimentos, Bacias 1 e 2 e Pedreira Corsini - área desmonte. Sobre a pedreira, Paulo Vilas/Fundação Renova informou que o trabalho nesta área já foi paralisado, que estão em desenvolvimento os projetos para fechamento dessa área e que o material excedente retirado durante a manutenção da Fazenda Floresta será depositado na pedreira, ele esclareceu que o PRAD dessa área constará "destinação de material excedente". Ele informou que em andamento na Fazenda Floresta estão as recuperações das margens e apresentou os pontos que serão recuperados com seus respectivos status e o relatório fotográfico de alguns deles, ele apresentou também informações e os relatórios fotográficos das obras nos setores 1, 3, 5, 8 e dos barramentos metálicos.

Sobre a Limpeza da UHE Risoleta Neves, Paulo Vilas/Fundação Renova informou que a segunda grande obra é a viabilização da manutenção das turbinas da hidrelétrica que até recentemente não puderam ser inspecionadas e que hoje foi vencida uma etapa muito importante, chegando na segunda máquina onde foram instalados os stop-logs de jusante e montante, então no momento estão sendo feitas atividades de drenagem para entrada, inspeção e limpeza do que precisa ser feito. Posteriormente ele apresentou relatório fotográfico da UHE e da limpeza e informou que a empresa responsável pela recuperação da casa de força e dos dispositivos da UHE que forem necessárias a recuperação já está contratada.

Posteriormente, ele apresentou uma imagem da área a montante do setor 4 onde houve galgamento do acesso e informou que esse local já recebeu manutenção, mas que nessa região sempre houve e sempre haverá manutenção de acesso. Após questionamentos sobre o conceito imaginado para o ponto apresentado na via de acesso, especificamente acima do Córrego do Borges/travessia, Paulo Vilas/Fundação Renova informou que este projeto está em andamento, mas que será criada alguma estrutura que permita que o fluxo do córrego passe normalmente e que esse projeto está sendo criado pela Potamos que foi contratada para definir todos os acessos, com assessoria também da Walm. Ele afirmou que os três tubos que existiam para passagem do fluxo não existirão mais.

Paulo Vilas/Fundação Renova considera que o problema do setor 4 é o córrego Borges, pois ele possui uma área muito grande de aproximadamente 52 m² e praticamente não tem vegetação, toda a Bacia que abastece este córrego também não tem vegetação. Então, qualquer chuva nessa bacia acumula e concentra muito rápida em cima do setor 4. Neste contexto, o Sr. José Maurício/Comissão de atingidos informou que a razão principal para afogamento do bueiro

(apresentado em imagem) foi o dique criado pela Fundação Renova, em resposta Paulo Vilas/Fundação Renova informou que o dique e o rejeito presentes no Setor 4 serão retirados e posteriormente o bueiro será recuperado e considerou que hoje o dique do setor 4 é considerado um problema também para a Fundação, porém ele foi importantíssimo para realização das atividades iniciais que viabilizaram o início da dragagem, onde havia uma preocupação muito grande em relação a estabilidade do barramento da hidrelétrica.

Marina Lima/Rosa Fortini informou que o Sr. Willians líder das operações na Fazenda Floresta disse que os 400m não seriam mais dragados e que só seria dragado caso precisasse de um teste de batimetria, neste sentido, ela questionou se não existe perigo dessa barragem romper e esclareceu que existe esse boato dentro da comunidade sobre a ruptura da barragem, visto que esse barramento foi criado para barrar água e não rejeito. Paulo Vilas/Fundação Renova informou que própria Aliança solicitou a projetista da Renova que fizesse um cálculo de estabilidade da barragem presente na UHE de Candonga com condição do rejeito à montante, esse cálculo foi revisto por outra empresa após solicitação da Samarco, que indicou que o barramento estaria estável. Ele informou que as comportas estão abertas pois não havia (no passado) a certeza de que não chegaria mais rejeito e por opção da projetista para segurança optou-se por deixá-las abertas para garantir o que nível de rejeito não subiria próxima a UHE. Ele informou que hoje, com os três barramentos metálicos implantados, com a segurança do sedimento, com monitoramento do nível de sedimentação dentro dos 400m, sabendo que com as comportas abertas o nível de rejeito não aumentará, a Fundação Renova está revendo o cálculo de estabilidade, então haverá a dragagem dos 400m. Ele afirmou que no projeto original feito pela Samarco, a dragagem aconteceria até uma elevação 297 e hoje está na elevação média de 306 perto da UHE porque iria um pouco mais de rejeito para ser dragado nessa região, mas isso no projeto feito em 2016 pela Samarco. Hoje está sendo pensado em realizar a dragagem, porém ainda está sendo construída a Fazenda Floresta com os estudos mais recentes de sedimentologia realizados entre a Fundação Renova e Potamos, para entender melhor o comportamento do sedimento. Com esses estudos e com a revisão do cálculo de estabilidade será priorizada uma dragagem em algum lugar que evite que o sedimento desça, o que não quer dizer que não haverá dragagem.

Completando, Luiz Gustavo/Consórcio Candonga, informou que a segurança do barramento da hidrelétrica é de responsabilidade do consórcio e esclareceu que os estudos citados pelo Paulo/FR foram entregues pela Samarco logo depois do acidente onde as dúvidas sobre a estabilidade do barramento foram sanadas. O estudo determinou algumas condições e esclareceu nele que até a cota 313, se chegar rejeito apoiado ao barramento (podendo passar uma cheia deca milenar) e com as comportas mantidas abertas, o barramento passa a atender todos os critérios de segurança, além disso, ele informou que existe hoje uma ação judicial que obriga que as comportas estejam sempre abertas. Ele explicou que a única condição de contorno para resolver a situação é a dragagem da barragem até a cota 297 nos 250 primeiros metros e depois uma rampa até os 400m, essa condição foi colocada pela Fundação Renova até que seja apresentado qualquer outro estudo que possa comprovar uma situação diferente que garanta a estabilidade do barramento, o barramento não será fechado ou cheio, então hoje a condição de contorno para a solução do problema ainda é dragagem e disposição do rejeito em outro local, de resto permanece o que já está sendo feito pela engenharia.

Após questionamentos referente a cheia do lago e consequente problema na via de acesso próxima ao córrego dos Borges (apresentada anteriormente), Paulo Vilas/Fundação Renova informou que o acesso foi alteado e que quando se aumenta o acesso ele acaba funcionando como um barramento e aumenta a retenção que existe a montante. Sobre a bacia não possuir cobertura vegetal, houve questionamento se a Fundação Renova estudou a possibilidade para recuperar essa bacia, no

sentido de permitir que em médio prazo ela seja revegetada e impeça que essa água chegue com tanta intensidade, em resposta Paulo Vilas/Fundação Renova informou que a atuação da Fundação Renova é no acesso e se fosse fazer toda a revegetação, a intervenção seria muito extensa.

Sr. José Maurício/Comissão de atingidos discordou e informou que existe um relatório do PAE que descreve que o barramento corre risco na cota 313.7, desta forma, nunca pôde encher o lago com rejeito e a cota de limite de rejeito no barramento somada a água daria a cota 315, ou seja, após essa cota há o risco do desprendimento do barramento principal de Candonga em relação ao córrego Borges. Em relação ao barramento A, ele informou que ao se fazer a remoção do rejeito neste barramento, há uma descompressão, pois, é retirado um rejeito que tem a densidade 2 vezes maior que água, então a montante ficará um rejeito uma vez e meia maior do que o empuxo. Então o barramento A hoje, com retenção do rejeito tem que ter capacidade maior do que o próprio barramento de Candonga em termo de retenção. Neste contexto, Luiz Gustavo/Consórcio Candonga se dispôs a enviar maiores informações sobre a estabilidade do barramento e informou que os dois estudos que foram feitos atestaram que com rejeito até a cota 313 passando uma deca milenar que elevaria a cota do rio até 327, o barramento continuaria estável com segurança e mantendo sempre as comportas abertas, então para elevação até 315 ele é estável e reforçou que essa condição não é operacional. Após questionamentos, Paulo/Fundação Renova explicou que com uma vazão deca milenar (aproximadamente 490 mil m³ por segundo) por norma, a hidrelétrica tem de ser capaz de jogá-la para baixo, dessa forma o rejeito não vai acumular. Ele afirmou que com base nos estudos de sedimentologia já feitos, o rejeito não sobe acima da cota 313, então por isso a Fundação Renova afirma que a hidrelétrica está estável e as comportas permanecem abertas. Toda essa condição é considerada para comportas abertas.

Antônio/Comissão de atingidos informou que o licenciamento ambiental da barragem de Candonga não foi feito para trabalhar de comporta aberta e reforçou que essa situação desvia os fins para o qual ela foi licenciada. Ele considerou que os atingidos merecem o poder de fala sobre a realidade do que está acontecendo na região e considerou que o processo é irreal e que o mesmo está repedido e gastando verba. Posteriormente, ele relatou que se sentiu indignado ao ver que as atividades estão sendo feitas em nível de comporta aberta, contrariando o licenciamento que não foi feito para esses moldes e reforçou que o barramento está com 31m de rejeito sobrecarregando a estrutura e considerou também que a criação dos 3 barramentos foi ineficiente e sobrecarrega o barramento A. Posteriormente, ele disse representar a Comunidade de Atingidos em forma de indignação, pois está sendo discutido um projeto equivocado pelo terceiro ano consecutivo e não se chegou a lugar nenhum e reforçou que existe a necessidade em discutir a vida das pessoas em torno e esclareceu que veio a CT dizer o tanto que o rejeito prejudica a comunidade e que impacto dessa obra é muito maior do que quando o rejeito passou, criando um dano social.

Patrícia Fernandes/SEMAD informou que devido a preocupação de ouvir a Comissão de Atingidos e Assessoria Técnica foi criado um ponto de pauta para que seja exposto tudo que os moradores percebem e vivem no território e esclareceu que hoje o que existe é uma obrigação da Fundação Renova que está prevista no TTAC. Posteriormente ela proferiu leitura do parágrafo terceiro da cláusula 50 e informou que será apresentado um histórico do descumprimento desses prazos e o que está sendo executado pela Fundação.

Ela considerou que no momento não é papel da Fundação Renova apresentar para população o que vai ser feito em relação ao volume de dragagem e que hoje existe uma obrigação do TTAC em dragar os 400m, e o que está sendo feito hoje é um esforço da Renova e contratadas para se ter uma previsão robusta do que deve ser dragado para retomar as atividades e também para fazer a

recuperação do reservatório, analisando qual período vai ser necessário mas quem vai decidir se isso vai ser feito, quando será retirado e um novo cronograma é a CT ouvindo os membros, os atingidos, os especialistas do MPF, os órgãos ambientais, o Consórcio Candonga. Desta forma, ela considerou que o papel da Renova é executar os estudos de qualidade, mas não cabe hoje falar quanto será dragado.

Neste contexto, Paulo Vilas/Fundação Renova informou que as falas estão deslocadas no tempo e esclareceu que a Fundação Renova está trabalhando com o máximo de foco possível para fechar a UHE e retornar a operação de Candonga, o que não quer dizer que não será dragado os 400m. Ele informou que está sendo estudado o ótimo para definir o que será dragado neste primeiro momento para viabilizar fechar a comporta e atender a necessidade de retorno da UHE. Ele informou também que aderente a todos os estudos de estabilidade, ao que já foi executado e ao que está em andamento e também ao estudo de sedimentologia, a Fundação Renova está tentando otimizar o retorno da operação da UHE e afirmou que o TAC vai ser cumprido e os 400m serão dragados.

Patrícia Fernandes/SEMAD esclareceu que foi apresentado nesse primeiro momento o que foi feito no período chuvoso e as principais obras e que o próximo ponto seria o que a Fundação Renova teria de solução. Desta forma, ela sugeriu que a Renova apresentasse as propostas para posteriormente entrar em discussão de forma que todos coloquem seus posicionamentos sobre essa proposta. Sr. Antônio/Comissão de atingidos ressaltou que está sendo apresentado 3 anos de obra sem chegar a nenhum resultado, onde não foi retirado nenhum rejeito e foi criado um grande impacto, ele considerou que as atividades que estão sendo feitas são piores das que as propostas anteriormente e questionou o posicionamento das autoridades quanto as instalações do barramentos que paralisam a piracema e esclareceu que sua vontade é levar esse caso até a ONU. Ele considerou também que o rejeito e a barragem são de responsabilidade da Samarco e solicitou que todo o rejeito da área seja retirado pois o mesmo atrapalha o modo de vida das comunidades tradicionais, posteriormente ele considerou que é necessário que a energia da UHE e os trabalho da Samarco retornem, pois a comunidade necessita mas que isso não ocorra em cima do direito das pessoas e se disse indignado com o trabalho realizado pelo Consórcio Candonga.

Continuando, José Maurício/Comissão de atingidos considerou que o volume morto em Candonga é 20 milhões de m³ e que a Samarco diz que tem 10 milhões de m³ dela, então o restante seria um bota fora do Candonga que foi tirado de outros bota foras, desta forma, o remanescente ficou a cargo do Candonga retirar e reforçou que a comunidade quer o leito limpo.

Paulo Vilas/Fundação Renova informou que após o início da operação dos barramentos metálicos, eles ficarão submersos e que a principal função deles é conter o arraste de fundo.

3. Atualização dos estudos executados/em execução para definição da nova proposta de dragagem e disposição de rejeitos na Fazenda Floresta - Fundação Renova

Paulo Vilas/Fundação Renova informou que a Fazenda Floresta foi concebida no início com a proposta de na emergência de promover a continuação da dragagem com a máxima intensidade possível e que as propostas para a Fazenda Floresta são discutidas na CT-GRSA há bastante tempo e que devido a vários motivos o projeto foi se prolongando. Posteriormente, ele iniciou a apresentação de um novo projeto para a Fazenda Floresta visto que aconteceram diversas mudanças e amadurecimentos, principalmente decorrentes do acidente de Brumadinho.

Ele explicou o antigo conceito da Fazenda Floresta e informou que esse processo de dragagem embasou a repactuação de prazos que ocorreram no passado e informou que devido algumas falhas o dique intermediário não pode ser executado como estava projetado e por isso toda a

estratégia de utilização da Fazenda Floresta, inclusive da bacia 2, ficou comprometida. Ele reforçou que devido ao acidente de Brumadinho houve uma mudança de estratégia e dessa forma não haverá mais dique para contenção de rejeito.

Posteriormente ele apresentou a nova proposta, e informou que a Dragagem será realizada por uma draga com capacidade para a remoção dos sedimentos tanto em condições com lâmina d'água baixa (3m a 6m) quanto em condições profundas (acima de 30m) de modo a possibilitar a operação de remoção dos sedimentos mesmo com o lago cheio e a UHE em operação, o Bombeamento será realizado com sistemas integrados à draga (boosters ou estações de bombeamento) garantindo uma operação conjunta dos equipamentos para que a polpa de material dragado chegue até a elevação 380, na parte superior aos ponds onde os sedimentos serão desaguados e adensados para posterior empilhamento à seco e que no desaguamento serão conformados dois ponds para recebimento da polpa do material dragado onde ocorrerá o desaguamento e o adensamento da polpa que posteriormente será removida convencionalmente e destinada aos empilhamentos. A água da polpa será vertida e destinada para tratamento nas Bacias 2A e 2B através de sistema de bombeamento e tubulação, sem o uso do extravasor. Com o canal periférico, toda a drenagem de chuvas será direcionada direto ao Córrego Micaela. Com esta configuração o dique principal fica descaracterizado e, apenas será construído um sump para coletar o efluente dos ponds e destiná-lo para tratamento nas bacias 2A e 2B. Este sump para coleta do efluente fica distante aproximadamente 140 metros do eixo do antigo dique principal. O volume total de armazenamento de efluente neste sump é de aproximadamente 5 mil m³ onde será implantado um sistema de bombeamento de forma a conduzi-lo para o tratamento nas Bacias 2A e 2B.

No empilhamento 2 serão conformados previamente, com a utilização dos sedimentos que já estão depositados na Fazenda Floresta, dois platôs onde serão destinados o material da operação de remoção de sedimentos dos ponds. Estes platôs foram dimensionados para atender toda a operação de dragagem e bombeamento sem que haja a interrupção da operação da draga. Toda a água sobrenadante proveniente da operação de dragagem e bombeamento para os sumps será destinada através de bombeamento para tratamento nas Bacias 2A e 2B. Este bombeamento será instalado em uma área imediatamente à jusante dos ponds na região já conformada pela antiga ensecadeira do dique principal. A vazão bombeada será conduzida através de tubulações sem a necessidade de implantação de extravasor. Nas Bacias 2A e 2B, o efluente receberá o tratamento químico necessário para o correto descarte no Rio Doce, dentro dos parâmetros ambientais estabelecidos no CONAMA 357/2005 e 430/2011. A Bacia 1 passa ter a função de um ponto adicional de controle operacional.

Após apresentação, o Sr. Antônio/Comissão de atingidos questionou que se a Fundação Renova sabe que os diques a serem armazenados estão em área de conservação da Fazenda Paraíso e se a mesma tem conhecimento das determinações de obra próxima a unidade de conversação ou APA, em resposta Paulo Vilas/Fundação Renova informou que não haverá os diques, somente os empilhamentos à seco e que os mesmo estão fora da APP e reforçou que todos os projetos estão sendo feitos fora da APP. Karla Brandão/SEMAD esclareceu que o termo "exceto APA" proferido na leitura do Sr. José Maurício/Comissão de atingidos não quer dizer que não pode ser feito na APA e sim o contrário e informou que as obras não estão regularizadas no sentido do licenciamento, elas estão respaldadas pela resolução conjunta entre SEMAD e IEF 1905 referente a emergencialidade e que apesar de não ser mais caracterizada a emergencialidade pelo acidente, elas começaram por um motivo emergencial e esclareceu que caso seja identificada unidade de conservação e não foi passível de regularização, a Fundação Renova simplesmente tem que voltar na área, fechá-la e recuperá-la. Ela informou que existem várias intervenções em APP, mas que uma vez que está sendo falado sobre o Manejo de Rejeito e o sedimento é em grande parte Rejeito de Mineração,

existe uma especificidade de flexibilidade das intervenções nas APPs, então é passível de regularização esse tipo de intervenção.

Posteriormente, Antônio/Comissão de atingidos apresentou brevemente uma alternativa para retirada de rejeito e solicitou que a Fundação Renova observe a possibilidade de realização da mesma.

4. Minuta de Deliberação “Análise de documentação apresentada pela Fundação Renova para suspensão de multa aplicada pela Deliberação CIF 195 (Descumprimento de cronograma para recuperação e retomada das atividades da UHE Risoleta Neves – PG 09)” - CT-GRSA

Patrícia Fernandes/SEMAD informou que existe no TTAC a obrigação inicialmente da Samarco e agora da Fundação Renova em realizar a dragagem do reservatório, principalmente dos 400m para que a UHE de Candonga possa voltar a operar após o rompimento da barragem de Fundão. Desta forma, desde 2016 a CT-GRSA vem acompanhando as ações em execução pela Samarco e agora pela Fundação Renova e informou que será discutido e aprovado uma minuta de Nota Técnica onde é apresentada uma avaliação que foi solicitada pela Fundação Renova em relação a aplicação de uma multa pelo descumprimento das obrigações que existiam no TAC. Posteriormente, para nivelamento junto à Assessoria Técnica ela apresentou um histórico desde a assinatura do TAC referente ao programa de recuperação da UHE – PG 09.

Ela informou que no TTAC foi previsto pela cláusula 150, no parágrafo terceiro que a Samarco e a Fundação Renova deveriam executar a dragagem dos primeiros 400m (sem entrar no mérito de qual volume) para que a UHE volte a operar, a dragagem deveria acontecer até dezembro de 2016, desta forma, esse era o primeiro prazo definido para a Samarco. Em agosto de 2016, a Samarco uma vez que ela não havia conseguido executar a dragagem por uma série de fatores e já vislumbrando que ela conseguiria atender ao prazo do TTAC, ela solicitou uma prorrogação de prazo e a mesma não foi aceita pela CT-GRSA e pelo CIF e por isso foi elaborada a deliberação nº 13/2016 que exigia naquela época que a Samarco executasse a dragagem até dezembro e apresentasse um cronograma robusto para que tudo fosse executado no prazo, o que também não foi cumprido e por esse motivo o CIF deliberou uma aplicação de penalidade pela descumprimento do TTAC, o que ocasionou a deliberação nº 45/2017 onde a multa foi iniciada, sendo contada diariamente. Na época, a Samarco solicitou cancelamento da multa, o que não foi acatado pelo CIF, o que determinou a deliberação nº 54/2017.

No final de 2016, a Fundação Renova se tornou responsável pelas ações de dragagem, então a Samarco sai de cena neste momento e a Fundação Renova assume todas as ações de dragagem da UHE e as propostas que se iniciam com a compra do território em Rio Doce da Fazenda Floresta. Então, no final de 2016 a Renova apresenta um novo cronograma e uma nova proposta do que deveria ser feito para cumprimento da cláusula 150 e colocou ao CIF que todas as ações seriam finalizadas em julho de 2018. Então, com o novo cronograma apresentado com todas as ações de dragagem e disposição de rejeitos na Fazenda Floresta, é pactuado um novo prazo com o CIF e CT-GRSA para julho/2018 e passa existir uma nova deliberação do CIF nº 80/2017. Com a publicação dessa deliberação o CIF entendeu que a Renova tinha atendido a questão do cronograma e foi suspensa a multa em maio/2017 com o valor pago pelo atraso da dragagem da UHE Candonga dividido entre os municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

Ela informou que a CT-GRSA vem acompanhando mensalmente todas as ações da Fundação Renova na Fazenda Floresta e assim pode-se falar que de maneira efetiva a Fazenda Floresta nunca recebeu os rejeitos dragados do reservatório quando pensado e que tudo foi uma preparação para o recebimento desse rejeito e que em maio/2018, devido a uma série de justificativas, a Fundação Renova solicitou uma nova repactuação de prazo para cumprimento do TTAC, dando como prazo

final dezembro/2019. Então, quando a CT-GRSA recebeu essa nova solicitação de repactuação, iniciou-se uma análise das justificativas apresentadas pela Fundação Renova e considerando toda a evolução do histórico vinculado a recuperação da UHE, a CT-GRSA elaborou a NT nº 05/2018 onde foi deliberado o indeferimento da solicitação da Fundação Renova uma vez que não existia um cronograma a ser repactuado e não existia um novo projeto de engenharia para dragagem e disposição dos rejeitos e foi deliberado pelo CIF a reabertura da multa que tinha sido imposta em 2016 para que fosse retomado a multa diária devido ao descumprimento das ações referentes a esse programa, neste momento a Fundação Renova se comprometeu a apresentar um novo cronograma em janeiro de 2019 com todas as novas propostas e em outubro de 2018 Fundação Renova apresenta um novo recurso para suspensão da multa.

De posse do documento que solicitou a suspensão da multa a CT-GRSA solicitou apoio à SECEX/CIF para avaliação das argumentações da Fundação Renova do ponto de vista jurídico, enquanto acontecia essa avaliação, no dia 29/01/2019 foi realizada reunião entre a coordenação da CT-GRSA, representantes da CT-Infra e a Fundação Renova a fim de discutir sobre o novo cronograma da dragagem e ações relacionadas à Fazenda Floresta, conforme havia sido alinhado na Reunião Ordinária do CIF que aprovou a nº 195, tendo restado evidente que a Fundação não possuía proposta de repactuação e replanejamento dos trabalhos de conclusão da Fazenda Floresta a apresentar.

Diante do exposto, Patrícia Fernandes/SEMAD informou que esta Nota Técnica tem o objetivo de apresentar considerações sobre a análise técnica e jurídica dos documentos SEQ12634-02/2018/GJU de 10/10/2018 e SEQ9543-02/2018/GJU de 31/01/2019, visando subsidiar o CIF na tomada de decisão quanto ao não cumprimento da Deliberação CIF 195 e proferiu leitura da NT que diz “que em relação à análise das demais argumentações realizadas pela Fundação Renova, a Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI/SEMAD) entende que não existem fatos novos na argumentação apresentada pela Fundação Renova. Reforça que na verdade existem fatos agravantes como: 1) o processo de regularização da Fazenda Floresta seguia sem nem ter sido formalizado e 2) descumprimento do TAC da Bacia 1, localizado na Fazenda Floresta, ela informou que a Prefeitura de Rio Doce encaminhou Ofício na data de 19/10/2018 à CT-GRSA”.

Com relação a análise da SUPPRI principalmente quanto ao recurso da Renova especificamente da dragagem dos 400m, Karla Brandão/SEMAD completou que a cláusula descreve sobre a dragagem dos 400m e a volta da condição operacional e reforçou que existe uma cláusula que obriga a Fundação Renova a garantir a retomada das operações segundo as condições que eram da UHE Risoleta Neves, isso não determina especificamente o volume de rejeito que ela precisa tirar mas o Consórcio Candonga pode determinar isso porque é o que eles tinham antes, então as condições operacionais anteriores ao acidente e a questão da avaliação do rejeito que está lá será feita posteriormente. Ela reforçou que hoje o monitoramento da qualidade da água mostra que a qualidade de água está dentro dos padrões e que estão em curso alguns estudos com relação a ictiofauna e aos peixes e esclareceu que a SUPPRI está acompanhando todo processo e garantiu que não deixarão o rejeito ficar da forma como está hoje e que a dragagem não deverá ser só de 400m, mas que a cláusula especifica essa quantidade, por isso é falado só dela nesse momento.

Ela informou que o embasamento da SUPPRI que é o setor da SEMAD responsável pela regularização da área, focou principalmente na ausência de documentos formais entregues ao longo ou até então e esclareceu que houve várias alterações no projeto devido a fatores supervenientes, mas nenhum fator que fosse oficialmente justificado para alteração do cronograma de 2 anos. Os argumentos utilizados foram principalmente de atraso do próprio órgão, do tempo de formalização do TAC da Bacia 1, a revisão do projeto dos barramentos metálicos, problemas em

reforçar as ombreiras, então todas as obras de engenharia que não estão vinculadas obrigatoriamente ao processo em si e por isso até hoje não existe o projeto executivo para que seja formalizada o processo de licenciamento ambiental corretivo como a legislação solicita, ela informou que a informação recebida é de que demoraria 6 meses para entrega do projeto conceitual e mais 6 meses para um projeto executivo para que tivesse um processo oficializado e considerou que existem muitas coisas a serem descritas mas que o conceitual está claro que já existe.

Karla Brandão/SEMAD solicitou que seja enviada a SUPPRI/SEMAD a informação sobre o protocolo de comunicado da obra emergencial na travessia do Córrego dos Borges e todas as manutenções realizadas no local, visto que é intervenção em APP com possível intervenção em vegetação.

Finalizando, ela informou que hoje na SEMAD não existe nenhum processo de regularização da Fundação Renova em análise.

Neste contexto, Silvério/Pref. de Rio Doce considerou que a Fundação Renova ao solicitar repactuação imputa parte das justificativas por não ter conseguido atender os prazos na SEMAD, na prefeitura e reforçou que o não atendimento dos prazos é de responsabilidade da Fundação Renova, visto que os projetos foram alterados ao longo do processo e hoje ainda está se construindo o pensamento do que será feito e que os órgãos públicos não tiveram nenhum obstáculo, os mesmos seguiram os procedimentos que deveriam ser seguidos, tentando agilizar ao máximo o que fosse possível.

Em relação a análise jurídica, Fabiola Derossi/IBAMA informou que o referido parecer analisou os seguintes temas: Tempestividade do recurso - considerou-o como tempestivo, alegação de cerceamento de direito de defesa - considerou-a como não pertinente, uma vez que foram cumpridos os trâmites estabelecidos para divulgação de documentos técnicos e pauta referentes ao tema. A concessão de efeito suspensivo, portanto, restou prejudicada, segundo o parecer, pedido de reconsideração do valor da multa - entendeu-se que o valor cumpriu os requisitos para sua estipulação, sendo considerado adequado, razoável e proporcional, alegação de inexistência de culpa exclusiva - tratou que tais questões já haviam sido abordadas na NT 05/2018 da CT-GRSA, e, adicionalmente, registrou jurisprudência sobre a temática, na qual concluiu-se, no caso citado, que a deficiência na gestão de empresa é causa clara do não cumprimento de prazo, ainda que esta tenha se tornado em evidência por eventos externos. Agravou, ainda, o fato da referida dragagem ser objeto de constantes atrasos e que deveria ter sido finalizada há mais de dois anos. Portanto, rejeitou o recurso da Fundação Renova.

Ela informou que conforme a análise exposta nesta Nota Técnica, a repactuação solicitada, com cronograma descritivo e detalhado, não foi apresentada pela Fundação Renova, conforme a Deliberação CIF no 195. A análise técnica e jurídica do documento SEQ12634-02/2018/GJU concluiu que as argumentações apresentadas pela Fundação Renova não alteraram as considerações da NT GRSA 05/2018 e que diante do exposto, a CT-GRSA se manifesta pelo indeferimento da solicitação da Fundação Renova, com apoio da manifestação da IAJ, devendo ser mantida a multa estabelecida pela Deliberação CIF 195 até que a Fundação Renova apresente os documentos para cumprimento desta Deliberação.

Neste contexto, Mariana/Fundação Renova informou que a Fundação Renova aguardará a publicação e se posicionará formalmente. Ela informou que em uma das reuniões no fim de 2018 foi apresentado um cronograma macro e o planejamento estratégico e que ficou entendimento que ficou claro naquela reunião que isso era o que a Fundação Renova tinha à apresentar tendo em vista as indefinições do projeto e questionou quando a NT conclui que não foi apresentado o cronograma para repactuação do prazo, ela considera a apresentação do cronograma macro. Em

resposta, Patrícia Fernandes/SEMAD informou que tem um ponto na NT onde é feita a avaliação da documentação apresentada em janeiro e até na própria ata gerencial da reunião citada acima foi colocado claramente que o cronograma apresentado pela Renova não era um cronograma para repactuação, onde não se vê os projetos e prazos factíveis, ela esclareceu que essa NT será levada para discussão interna no CIF.

Após posicionamentos, considera-se a NT aprovada.

5. Apresentação dos principais pontos do TAC assinado com a SEMAD em 18/02/2019 - Fundação Renova e SEMAD

Euzimar/Fundação Renova iniciou informando que o TAC foi assinado há pouco mais de um mês e esclareceu que ele surgiu a partir de uma necessidade associada as obras que estão acontecendo na Fazenda Floresta na região de Candonga e que a região onde estão acontecendo as obras recebem impactos que são controlados, porém muitos dos impactos que podem ser observados podem não estar sendo devidamente atacados ou levantados, então o TAC é feito para criar ações de controle e compensação para essas atividades que estão sendo feitas da região de Candonga/Fazenda Floresta.

Ele informou que o TAC foi assinado em 18/02/2019, onde foram estipulados 22 itens dentro do TAC sendo 13 desses Itens de Obras e Medidas Compensatórias e os demais itens de gestão/controle de rotina emissão de Relatórios e Projetos e posteriormente apresentou brevemente as atividades a serem realizadas e o cronograma macro – status que mostra os itens a serem conduzidos e a medida que for avançando ele apresentará para a CT-GRSA.

Karla Brandão/SEMAD esclareceu que o prazo determinado pela resolução 1905 é de 90 dias para formalização do processo de regularização ambiental, então a Fundação Renova está um pouco atrasada quanto a isso e informou que a partir do momento que o processo for formalizado todas as autuações serão devidas de acordo com cada comunicado de obra emergencial que eles tiveram 90 dias e não cumpriram, então é uma multa para cada comunicado de obra emergencial que não foi formalizado. Ela informou que o TAC é a ferramenta que a SEMAD tem para regularizar obras que não são passíveis de regularização imediatamente e considerou que estudos para intervenção em Mata Atlântica são efetivamente demorados.

Ela esclareceu que a SEMAD está em contato com a Renova há muito tempo e que o objetivo principal é que a SEMAD mediasse um acordo entre a Fundação e os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado para mitigar os impactos socioambientais, esse acordo não se efetivou. Desta forma, a SEMAD convocou a Renova para formalização desse TAC uma vez que existem impactos ambientais na área e não existe uma regularização formalizada, ela informou que todos os itens do TAC são ambientais ou socioambientais, de mitigação ou compensação, então existem medidas de controle e medidas de compensação ao município de Rio Doce por ter sido o primeiro município a apresentar os impactos causados pelo acidente e pelas obras de recuperação da UHE e Fazenda Floresta. Ela informou também que já houve uma primeira reunião com a prefeita de Santa Cruz do Escalvado e que eles já mandaram uma lista das primeiras atividades feitas para mitigação no município e que a mesma está em análise pela Renova para posterior inclusão também das ações em Santa Cruz do Escalvado. A partir disso, serão realizados aditivos ao TAC que terão inclusive alteração do escopo inicial do projeto com os diques intermediário e principal que estavam contemplados nesse TAC. A primeira obrigação que seria apresentação do projeto com todas as estruturas da Fazenda Floresta foi parcialmente cumprida, visto a criação da nova lei nº 23291 que inviabilizou o licenciamento corretivo dos diques, então apesar de estarem cientes de que a legislação não permitiria a construção dos diques principal e intermediário, a Fundação Renova apresentou (depois da lei) o projeto conceitual com os diques. Ela considerou que é uma

tratativa de mais de anos, desta forma, a Fundação Renova entregará todos os documentos à CT-GRSA e a coordenação poderá apresentar o andamento desse processo e informou que essa será a primeira licença ambiental da UHE e Fazenda Floresta e que toda intervenção em APP e Mata Atlântica pedem recuperação e compensação mas que todo o trâmite será normal, porém de forma corretiva e que a compensação será igual, cobrada e analisada na mesma maneira.

Antônio Emílio/Pref. de Rio Doce informou que devido ao ruído sobre os atingidos não terem sido ouvidos para essas medidas de compensações presentes no TAC foi analisada as pressões que as obras da Fazenda Floresta vêm fazendo sobre a infraestrutura pública e esclareceu que a Prefeitura de Rio Doce não negociou nada em nome dos atingidos e tampouco abriu mão dos direitos deles de negociação e que foi tratado somente os impactos sob a infraestrutura pública até o momento e reforçou que tudo isso beneficiará toda a comunidade. Neste contexto, Karla Brandão/SEMAD informou o que está dentro do escopo da SEMAD e que a mesma não analisa indenização e nada desse tipo, o escopo é socioambiental, analisando o município como um todo, infraestrutura.

Antônio Emílio/Pref. de Rio Doce informou que dada a preocupação, a prefeitura de Rio Doce fará uma apresentação para a comissão de atingidos e assessoria técnica para descrever o motivo para cada solicitação de auxílio da Renova. Complementando, Silvério/Pref. de Rio Doce informou que as medidas são consideradas mitigatórias e reparatórias de impactos causados principalmente pelas obras e que existe outra questão em relação ao Córrego das Lajes que é uma deliberação do CODEMA.

Após questionamentos, Karla Brandão/SEMAD informou que não sabe os direitos cobrados pelo representante da Comissão de Atingidos e informou que se for de interesse da comissão que eles criem um documento com todos os apontamentos para análise da SEMAD e esclareceu que todo o processo é através de EIA/RIMA e por isso pode ser solicitada uma audiência pública, ela reforçou que essa discussão não acaba nesse momento e que o TAC é só uma forma de antecipar essas ações que não estão acontecendo mas que são urgentes. Euzimar/Fundação Renova esclareceu que o termo “compensatório” usado no TTAC não tem o mesmo sentido ao se tratar do TAC.

Neste sentido, Pedro Miranda/Pref. de Mariana se colocou à disposição do Sr. Antônio Carlos para esclarecimentos sobre o TAC e esclareceu detalhes sobre a ETE.

7. Participação dos atingidos e Assessorias Técnicas no acompanhamento do PG 09 do TTAC - Fundação Renova e Centro Rosa Fortini

José Maurício/Comissão de atingidos informou que acompanhou todas as obras de Candonga e considerou que a estrada para Santana do Deserto deve receber uma melhoria e que não deveria se pensar somente na pavimentação e analisar também o traçado. Em resposta, Silvério/Pref. de Rio Doce informou que a infraestrutura para acesso a Santana do Deserto está sendo analisada de forma que garanta toda a segurança necessária de quem usa a via e esclareceu que no TAC está previsto para que a pavimentação seja feita com blocos construídos a partir do rejeito, se não for viável será feito de bloquete. Ele informou que está sendo estudado junto com algumas instituições e universidades a possibilidade da criação de artefatos com o rejeito e que posteriormente esse assunto será trazido para discussão.

Anderson Peixoto/IBAMA considerou o projeto interessante e sugeriu que a equipe que trabalha com o beneficiamento de rejeito seja convidada a apresentar esses estudos na CT-GRSA. Karla Brandão/SEMAD informou que reaproveitamento de rejeito em pilha e canalização de curso d'água são passíveis de licenciamento.

Luiz Fontes/Assessoria Técnica informou que esteve na Fazenda Floresta e elaborou um parecer técnico que já foi encaminhado e registrou no olhar de licenciamento que a Fundação Renova parece estar perdida no processo, considerou que são muitas informações perdidas em um assunto tão importante e que são muitos impactos para poucos estudos e questionou qual a composição do rejeito que está dentro do reservatório. Nesse sentido, ele interveio solicitando que a Renova pare de “brincar” com essas questões e reforçou que essas ações na Fazenda Floresta não poderiam estar acontecendo sem estudos prévios.

Pedro Aronchi/Ramboll informou que a Ramboll sempre teve uma opinião muito crítica em relação a Fazenda Floresta sendo sensível ao momento de se recuperar Candonga. Ele informou que o primeiro ponto para ser contra as obras da Fazenda Floresta é que a mesma aumentará a mancha do impacto e que o segundo são as fraturas verticais nas rochas, posteriormente ele questionou se é possível e viável retirar rejeito de um local e enviar para outro e considerou que se o atual projeto proposto der certo e for até o fim passará a existir uma preocupação quanto a garantia de estabilidade desses diques ficarem no local para sempre.

Anderson Peixoto/IBAMA considerou que as apresentações da Renova são sempre iguais e esclareceu que quando a Fazenda Floresta se tornou pauta na CT-GRSA não foi apresentada uma outra alternativa, a forma como tudo foi apresentado se mostrava ser a única opção viável e foi uma opção que acabou passando por diversos motivos. Ele reforçou que este momento é importante pois existe a participação das auditorias e assessorias técnicas dos atingidos a partir de agora e que antes a conversa era apenas entre alguns órgãos ambientais e a Fundação Renova. Ele considerou fundamental que as assessorias e experts entrem de cabeça junto aos órgãos ambientais, para um pouco de engenharia seja retirado do processo e coloquem alternativas mais ecológicas possíveis e que demorem o tempo que for preciso, porém a Renova precisa atender prazos, cláusulas e programas e acabam não percebendo o tamanho do problema.

Ele reforçou que todas as dúvidas e questionamentos dos atingidos devem ser respondidas no território e que a Câmara Técnica de Rejeitos não pode virar uma Câmara Técnica de Engenharia e que apesar de todas as falas e apresentações, a engenharia acaba sobressaindo. Ele esclareceu que se sente preocupado com o nível de informações que estão chegando nas Câmaras Técnicas, pois muitas das vezes percebe-se que o nível de informações passadas para AECOM é muito maior do que o nível que é trazido a CT e reforçou que quem valida o que vai ser feito é a Câmara Técnica e não a AECOM. Ele sugeriu que a Renova se prepare, pois, a participação dos atingidos com suas respectivas Assessorias vão gerar muitos questionamentos e a Renova precisará ter respostas e ser mais didáticos para não deixar maiores dúvidas.

Euzimar/Fundação Renova informou que a Renova entende e acolhe as críticas colocadas durante a reunião e que as dúvidas devem sim ser respondidas e esclareceu que para regularização ambiental é necessário definir processo e que o mesmo ainda não está fechado. Após questionamentos, ele confirmou que a finalização do licenciamento tem previsão para dezembro de 2020. Além disso, ele considerou as pautas da CT-GRSA muito extensas e sugeriu que as mesmas sejam revisadas para melhor discussão de certos assuntos.



Thales Del Puppo Altoé

Coordenador Interino da CT-GRSA